

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Batistella, Alessandro

O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.

18, diciembre, 2014, pp. 203-242

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305535325009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná*

*Alessandro Batistella***

Resumo. Embora não seja elencado na lista de governadores conspiradores em 1964, o governador do Paraná, Ney Braga, teve participação ativa na conspiração e na deflagração do golpe civil-militar de 1964. Dessa forma, pretendemos, no presente artigo, abordar o papel desempenhado pelo governador paranaense no golpe e nos processos de cassações políticas dos seus adversários políticos, além de também analisar a sua relação com o PTB paranaense e com o governo do presidente João Goulart.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Ney Braga; Paraná; João Goulart; PTB.

The Ney Braga administration and the 1964 civil and military coup d'état in the state of Paraná

Abstract. Although not listed among the conspiring governors of the 1964 coup, Ney Braga participated actively in the conspiring and dissemination of the civil and military coup d'état in 1964. Current paper analyzes the role of the governor of the state of Paraná in the coup and in the processes of political impeachments of his political enemies. It also investigates his relationship with the PTB in the state of Paraná and with the João Goulart administration.

Keywords: 1964 coup; Ney Braga; Paraná; João Goulart; PTB.

El gobierno de Ney Braga y el golpe cívico-militar de 1964 en el Estado de Paraná

Resumen. A pesar de no figurar en la lista de gobernadores conspiradores de 1964, el titular del ejecutivo del Estado de Paraná, Ney Braga, tuvo una participación activa en el golpe cívico-militar de 1964. Por ello, en este artículo, pretendemos abordar el rol desempeñado por el gobernador

* Artigo recebido em 21/04/2014. Aprovado em 04/12/2014.

** Doutor em História pela UFRGS, Porto Alegre/RS. Professor do curso de História da UPF, Passo Fundo/RS, Brasil. E-mail: alessandrobatistella@yahoo.com.br

paranaense en dicho golpe y en los procesos de suspensión de los derechos políticos de sus adversarios, además de analizar su relación con el PTB paranaense y con el gobierno del presidente João Goulart.

Palabras Clave: Golpe de 1964; Ney Braga; Paraná; João Goulart; PTB.

Introdução

O major Ney Aminthas de Barros Braga teve uma carreira política meteórica. Ex-cunhado do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), Ney Braga ocupava o posto de Chefe de Polícia do Paraná (equivalente a secretário de Segurança Pública) desde 1952, quando, nas eleições para a prefeitura de Curitiba, em 1954, teve a sua candidatura lançada pelo governador Rocha Neto.

Embora não fosse filiado a nenhum partido, Ney Braga, contando com o apoio do Partido Republicano (PR) e do Partido Social Progressista (PSP), venceu o pleito e tornou-se prefeito de Curitiba (1955-1958). Posteriormente, em 1957, Ney Braga rompeu com o PR e com Bento Munhoz da Rocha Neto, ingressando no Partido Democrático Cristão (PDC).¹ Esse rompimento foi visto por Bento como uma traição política e, a partir de então, ambos tornaram-se inimigos políticos.

Em 1958, Ney Braga elegeu-se o segundo deputado federal mais votado do Paraná – ficando atrás apenas de Jânio Quadros, que concorreu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – e, em 1960, elegeu-se governador do Paraná, derrotando o candidato petebista Nelson Maculan.

Ney Braga governou o Paraná durante os anos iniciais da década de 1960, em uma conjuntura política marcada pelas sucessivas crises políticas

¹ Um dos principais motivos que levaram ao rompimento entre Ney Braga e Bento Munhoz da Rocha Neto se deve ao fato de Bento estar articulando a sua candidatura à Câmara Federal em 1958 e a candidatura de Ney Braga à Assembleia Legislativa. Porém, Ney ambicionava concorrer à Câmara Federal e, sem espaço no PR, optou em migrar para o PDC.

que resultaram em um golpe civil-militar em 1964. Embora não seja elencado na lista de governadores conspiradores, o governador do Paraná, Ney Braga, teve uma participação ativa na conspiração e na deflagração do golpe civil-militar de 1964. Dessa forma, pretendemos, no presente artigo, abordar o papel desempenhado pelo governador paranaense no golpe e nos processos de cassações políticas dos seus adversários políticos, além de analisar a sua relação com o PTB paranaense e com o governo do presidente João Goulart.

O governo Ney Braga e a sua relação com o PTB paranaense

Ao assumir o governo estadual, em 31 de janeiro de 1961, Ney Braga tinha ciência que enfrentaria a oposição do Partido Social Democrático (PSD), que era composto por 17 deputados na Assembleia Legislativa. Como a sua base aliada – formada pelo Partido Democrático Cristão (PDC), pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Republicano (PR) – era insuficiente para fazer frente aos pessedistas, Ney viu-se obrigado a aproximar-se do PTB, que possuía 13 cadeiras.

Inicialmente, o PTB decidiu, na sua Convenção Estadual, realizada poucos dias antes da posse de Ney Braga, que adotaria uma posição de “independência e vigilância” diante o governo estadual. Porém, Ney procurou intensificar, no final de 1961, as conversas com os petebistas a fim de conquistar o apoio oficial do partido. Para tais propósitos, o governador procurou se aproximar de Nelson Maculan, senador e presidente do PTB paranaense, oferecendo aos petebistas duas secretarias e a diretoria do Banco do Estado do Paraná (Banestado). No entanto, Maculan não aceitou a proposta de Ney e exigiu que o governador cedesse o comando político ao PTB de todos os municípios em que o partido havia vencido nas eleições para o governo do Estado em 1960 – isto é, que o PTB tivesse autoridade para nomear delegados

de polícia e outras chefias de cargos estaduais em tais municípios (GAZETA DO POVO, 5 nov. 1961, p. 3).

No entanto, alguns trabalhistas, sobretudo da ala “pragmático-reformista”, não entendiam ser vantajosas para o partido a coalizão e a participação no governo estadual. Assim, ecoaram vozes dentro do PTB que discordavam fervorosamente do acordo com Ney Braga, como as do jornalista Jorge Mathias Jr., do Gen. Iberê de Mattos, dos deputados estaduais Waldemar Daros e João Cernicchiaro, de Walter Alberto Pecoits (prefeito de Francisco Beltrão), além de outros prefeitos petebistas do interior (DIÁRIO DA TARDE, 4 nov. 1961, p. 3).²

Todavia, ao mesmo tempo em que negociava com o PTB, Ney também propôs uma vantajosa aliança eleitoral a Amaury de Oliveira e Silva (primeiro vice-presidente petebista), até então contrário à aproximação com o governo, mas que ambicionava eleger-se senador e era tido como o virtual candidato petebista. Segundo o acordo – do qual participariam também o PDC e a UDN –, o PTB e a UDN lançariam, cada um, somente um candidato ao Senado, que teriam o apoio de Ney e do PDC. Em troca, o PDC lançaria o candidato à sucessão municipal de Curitiba, que deveria contar com o apoio dos petebistas e dos udenistas.

Desse modo, por meio da proposta da coalizão para as eleições senatoriais, Ney Braga cooptou Amaury Silva, que trabalhou intensamente nos bastidores do partido para consolidar o acordo do PTB com o governador, apesar da forte oposição interna do Diretório Municipal de Curitiba³ e de alguns membros da ala “pragmático-reformista”, que se mantiveram contrários ao acordo.⁴

² Os jornais *Diário da Tarde* e *Diário do Paraná* noticiaram amplamente as manifestações dos petebistas contrários ao acordo durante o mês de novembro de 1961.

³ O diretório de Curitiba foi contrário ao acordo com Ney Braga porque pretendia lançar a candidatura do prefeito Gen. Iberê de Mattos ao Senado.

⁴ Dentre os trabalhistas que faziam oposição a Ney Braga, merece destaque a atuação do deputado estadual Waldemar Daros, o principal expoente da ala “reformista radical” do PTB paranaense, que ganhava notoriedade nas tribunas da Assembleia Legislativa ao promover uma campanha pela encampação da Companhia Força e Luz do Paraná – que havia aumentado as

Não obstante a oposição de alguns trabalhistas, Ney Braga conseguiu seduzir Nelson Maculan, Amaury Silva e a maior parte dos petebistas. Assim, após as negociações terem se arrastado por alguns meses, o acordo político entre o PTB e Ney Braga foi selado no início de 1962, sendo também oficializada a grande coalizão PDC-PTB-UDN-PTN (denominada de “quadrilátero situacionista”), no qual foi lançada a chapa Amaury Silva e Adolpho de Oliveira Franco (UDN) ao Senado.

Em contrapartida, o PTB deveria apoiar a candidatura do engenheiro Ivo Arzua (PDC) à prefeitura de Curitiba. No entanto, o Diretório do PTB de Curitiba mostrou-se irredutível e não compactou com o acordo articulado pela Executiva Estadual, lançando a candidatura do vereador Carlos Alberto Moro⁵ à sucessão da capital.

Nas eleições de 7 de outubro de 1962, Amaury de Oliveira e Silva⁶ e o udenista Adolpho de Oliveira Franco elegeram-se senadores. Dessa maneira, a aliança PTB-PDC-UDN-PTN para o Senado foi praticamente invencível, derrotando dois ex-caciques da política paranaense, os ex-governadores Bento Munhoz da Rocha Neto e Moisés Lupion.

Nas eleições para a prefeitura de Curitiba, o PTB mostrou-se dividido, uma vez que muitos petebistas abandonaram a candidatura de Carlos Alberto Moro e apoiaram o candidato neysta Ivo Arzua,⁷ aderindo à aliança tecida pela

tarifas em 120% e atendia muito precariamente à capital, o litoral e a região Sul do Estado (DIÁRIO DO PARANÁ, 12 abr. 1961, p. 12; DIÁRIO DA TARDE, 27 abr. 1961, p. 5; O DIA, 28 abr. 1961, p. 1-2).

⁵ Carlos Alberto Moro era advogado e filho de Amâncio Moro, que foi vereador pelo PTB em Curitiba entre 1947-1951 e prefeito nomeado da capital em 1951. Porém, Moro foi escolhido candidato petebista em virtude da desistência de Léo de Almeida Neves, tido como virtual candidato trabalhista desde 1961, que recusou em virtude de ter assumido a direção do Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em novembro de 1961.

⁶ Assim, Amaury juntou-se a Nelson Maculan e o PTB passou a deter duas das três cadeiras senatoriais do Paraná.

⁷ Segundo Mauro Rehbein (2008, p. 95) Ivo Arzua fora militante do PTB e era visto como um engenheiro progressista e socialista. Porém, foi cooptado para o PDC por Ney Braga. Já Carlos Alberto Moro não atendia às expectativas de parte do partido.

Executiva Estadual. Dessa maneira, Ivo Arzua venceu o pleito com 45,62% dos sufrágios, enquanto Carlos Alberto Moro obteve 35,59% dos votos (Cf. REHBEIN, 2008, p. 101).

No que tange à Câmara Federal, o PTB sagrou-se o grande vencedor, conquistando nove cadeiras; a Aliança Movimento Democrático Renovador, formada por UDN-PDC-PTN, elegeu também nove deputados, enquanto o PSD elegeu seis deputados e o PRP elegeu um deputado (IPARDES, 1989, p. 114).

No que concerne à Assembleia Legislativa, o grande vencedor foi o PDC de Ney Braga, que elegeu 12 deputados estaduais; o PTB elegeu também 12 deputados, enquanto a UDN elegeu oito, o PSD apenas sete; e a Frente Rural Cristã Trabalhista (conhecida como “Frentinha”, coalizão formada por PR-PRP-PSP-PTN-PST-MTR) conquistou seis cadeiras (IPARDES, 1989, p. 135-139).

As eleições de 1962 comprovavam a consolidação do neysmo e do PTB como as principais forças políticas do Paraná naquele momento. De fato, Ney Braga, que gozava de um enorme prestígio político, estava se constituindo no principal nome da política paranaense na década de 1960. Por consequência, o PDC obteve um crescimento meteórico, quaduplicando a sua bancada e passando a rivalizar com o PTB pelo posto de maior partido político do Estado.

De qualquer modo, o pleito de 1962 foi amplamente favorável a Ney Braga, uma vez que o PDC havia conquistado 12 cadeiras e a UDN oito, totalizando 20, contra apenas sete do PSD. Embora o PTB também tivesse conquistado 12 cadeiras, o reequilíbrio das forças possibilitaria a Ney não ser mais tão dependente do apoio dos petebistas, desde que garantisse o apoio da “Frentinha”, que conquistou seis cadeiras.

Dessa forma, os círculos políticos paranaenses já previam que o divórcio entre o PTB e Ney Braga ocorreria tão logo os novos deputados tomassem posse, no início de 1963, uma vez que a aliança não seria mais tão vantajosa nem para o PTB nem para o situacionismo.

Durante o mês de fevereiro de 1963, os petebistas discutiram internamente acerca da continuidade do acordo com o governo, sendo que apenas um pequeno grupo, capitaneado pelo deputado federal Antônio Annibelli e os deputados estaduais Miguel Dinizo e Moacyr Silvestri, continuou a defendê-lo (GAZETA DO POVO, 17 fev. 1963, p. 3). Nesse mesmo mês, os trabalhistas endereçaram um ofício ao governador, solicitando que o PTB detivesse o controle político-administrativo em cerca de 80 municípios do interior, inclusive em importantes cidades, como Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava, União da Vitória, Pato Branco, Francisco Beltrão, entre outras (DIÁRIO DO PARANÁ, 20 fev. 1963, p. 3).

No entanto, Ney Braga negou-se em atender às reivindicações do PTB, utilizando-se dos seguintes argumentos:

I – O PTB, em diversos municípios, não prestou apoio integral às duas candidaturas senatoriais, tendo, assim, rompido o protocolo;

II – O PTB não cumpriu o protocolo no caso da Prefeitura de Curitiba. Indicou um candidato e, posteriormente, embora o PDC tenha apoiado a referida candidatura, lançou outro candidato.

III – No campo federal, o governo do Estado não tem recebido qualquer apoio (GAZETA DO POVO, 23 fev. 1963, p. 3).

Portanto, a negação de Ney Braga em atender às reivindicações do PTB tornou o rompimento iminente, oficializando o divórcio no dia 9 de março de 1963, após uma reunião do Diretório Estadual do PTB, na qual se decidiu que o partido passaria a fazer oposição ao governador paranaense (GAZETA DO POVO, 10 mar. 1963, p. 3; DIÁRIO DO PARANÁ, 10 mar. 1963, p. 3; 12 mar. 1963, p. 3). Entretanto, na prática o PTB não chegou a fazer oposição sistemática a Ney Braga. Com exceção de Waldemar Daros, Walter Pecoits e Leon Naves Barcelos, que faziam ampla oposição ao governo, os demais deputados petebistas adotaram uma posição mais branda, porém independente.

A relação de Ney Braga com o governo João Goulart

Durante a crise política desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros, o governador Ney Braga adotou uma posição dúbia, não deixando claro se apoiava os ministros militares, que vetavam a posse de Jango, ou se estava do lado da legalidade. Embora não se manifestasse oficialmente, Ney Braga era contrário à posse de Jango e também defendia o retorno de Jânio Quadros, conforme mensagem divulgada no dia 28 de agosto:

Julgo que a melhor situação é a volta de Jânio, com a união nacional dos homens de bem, livrar o Brasil das peias que o levaram à renúncia. [...] Se Jânio não pôde, ninguém governará o Brasil com as mesmas amarras que ele denunciou à Nação (TRIBUNA DO PARANÁ, 29 ago. 1961, p. 7).

A posição dúbia de Ney Braga foi criticada não somente pela bancada petebista na Assembleia (DIÁRIO DA TARDE, 29 ago. 1961, p. 5), mas também por estudantes, sindicalistas, nacionalistas e pela imprensa (DIÁRIO DA TARDE, 30 ago. 1961, p. 3), que estavam ao lado de Leonel Brizola⁸ na Campanha da Legalidade, que ganhou forte apoio popular no Paraná. Inclusive, foram organizados diversos comícios e manifestações por estudantes, sindicalistas, jornalistas e lideranças políticas – sobretudo do PTB – em favor da posse de João Goulart (DIÁRIO DA TARDE, 29 ago. 1961, p. 1).

A solução para a crise foi a adoção da emenda parlamentarista,⁹ que foi aceita por João Goulart,¹⁰ que assumiu a presidência no dia 7 de setembro de

⁸ De origem humilde e cunhado de Jango, Leonel Brizola ganhou notoriedade nacional no episódio da Campanha da Legalidade em 1961, quando era governador do Rio Grande do Sul – cujo governo ficou marcado pelo amplo investimento na educação, pela criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e por uma política desenvolvimentista, nacionalista e opositora do capital estrangeiro. Dessa forma, Brizola surgiu, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, como uma grande liderança popular, nacionalista e de esquerda.

⁹ No entanto, a emenda parlamentarista previa a realização de um plebiscito, com data a ser definida, no qual a população aprovaria ou não a continuidade do sistema.

¹⁰ No dia 1º de setembro de 1961, em Montevidéu, ocorreram as negociações entre Tancredo Neves e João Goulart, que, mesmo contrariado, aceitou assumir a presidência da República sob a tutela parlamentarista. Mais detalhes, ver Jorge Ferreira (2011).

1961, herdando um país abalado pela grave crise econômica e politicamente dividido em duas forças políticas que se repeliam mutuamente: de um lado, os setores nacionalistas e de esquerda, que reivindicavam as reformas de base; de outro, os setores conservadores, que dificultavam as reformas, sobretudo a agrária, e temiam o avanço dos movimentos sociais (rurais e urbanos), que ganhavam um enorme relevo, considerando-os como agitações subversivas que visavam a expansão comunista no país.

No início do seu governo, João Goulart também se deparou com o acirramento das lutas no campo. Por meio das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, e dos sindicatos rurais dirigidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), os trabalhadores rurais, que viviam um processo de mobilização crescente desde o governo Juscelino Kubitschek, intensificaram as suas reivindicações, tendo como bandeiras principais a reforma agrária¹¹ e a extensão dos direitos trabalhistas e sociais aos assalariados rurais.¹²

Particularmente, o Paraná também estava convulsionado pelos conflitos agrários na região Sudoeste e pela criação da Liga Camponesa do Paraná, no norte do Estado.¹³ Procurando solucionar o conflito agrário no sudoeste paranaense, o governo João Goulart, criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop), em março de 1962. Tratava-se de um

¹¹ Contudo, a reforma agrária impunha problemas de difícil solução. Como lembra Jorge Ferreira (2003b, p. 349-350), as iniciativas não avançavam principalmente pelo artigo 141 da Constituição, que previa o “pagamento prévio em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público”, o que, na prática, inviabilizava, pelos altos recursos a serem despendidos pelo governo, uma ampla redistribuição de terras. E o impasse tendia a acentuar-se com a rejeição dos conservadores em alterar esse artigo constitucional e permitir que o pagamento fosse realizado com títulos da dívida pública, conforme defendiam os reformistas.

¹² No que tange aos direitos trabalhistas e sociais, os trabalhadores rurais somente foram contemplados com tais direitos com a promulgação, em março de 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, projeto de autoria de Fernando Ferrari.

¹³ A fundação da Liga Camponesa do Paraná ocorreu em agosto de 1961, durante o II Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Paraná, realizado em Maringá, que contou com a participação de Francisco Julião. Em contrapartida, os bispos da região Norte passaram a articular a formação da Frente Agrária do Paraná, com o objetivo de combater a influência comunista na região (DIÁRIO DO PARANÁ, 12 ago. 1961, p. 1. Ver também: DIÁRIO DO PARANÁ, 4 jul. 1961, p. 3; 5 jul. 1961, p. 3).

órgão misto, cuja finalidade era conciliar os interesses da União e do Estado do Paraná, programando e executando os trabalhos necessários à efetivação da desapropriação, bem como executando a colonização das glebas desapropriadas (COLNAGHI, 1991, p. 18-19). Segundo Milton Ivan Heller e Maria Duarte, “o GETSOP abriu estradas vicinais, mediu, demarcou e distribuiu títulos de propriedade de lotes rurais, pacificando definitivamente a região” (2000, p. 49).

No meio urbano, por sua vez, desde o início da década de 1960, os movimentos reivindicatórios ganhavam um grande impulso, inclusive ocasionando inúmeras greves em todo o país. Embora muitas dessas paredes fossem motivadas pela inflação galopante e pela carestia de vida, que solapavam o poder aquisitivo dos trabalhadores, muitas delas não se limitaram apenas às demandas materiais e também envolveram a demanda pelas reformas de base.

No entanto, não foram apenas os setores progressistas e populares que se mobilizavam nesse período, pois grupos políticos, empresários, militares e setores da Igreja Católica se articularam para combater o avanço dos movimentos sociais de esquerda e promover uma ampla campanha para desestabilizar o governo de Jango por meio do complexo IPES/IBAD¹⁴, ambos financiados pela CIA. Na campanha promovida pelo complexo IPES/IBAD participaram políticos, empresários, militares, religiosos e intelectuais conservadores, realizando uma ampla campanha anticomunista em jornais, rádios, televisão, além de também atuarem em sindicatos rurais e urbanos¹⁵ e no movimento estudantil.

O complexo IPES/IBAD, que esteve organizado nos principais centros do país, também foi estruturado no Paraná. Segundo René Dreifuss:

¹⁴ Sobre a atuação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ver especialmente o trabalho de René Dreifuss (1981).

¹⁵ René Dreifuss também menciona a participação do IBAD no movimento sindical paranaense: “O IBAD mostrava-se particularmente ativo no movimento sindical do Paraná, Estado-chave em termos políticos, onde levantava apoio para o governador Ney Braga e onde patrocinava diversos sindicatos e seus líderes” (1981, p. 314)..

No Paraná, a estrutura IPES/IBAD/ADEP¹⁶ era baseada no quadro dos membros da Associação Comercial do Paraná – ACOPA. Alguns de seus membros ativistas eram Asdrúbal Bellegard, Carlos Alberto de Oliveira, Oscar Schrappe Sobrinho e o consultor jurídico da ACOPA, Aguinaldo Bezerra. Outros militantes de destaque eram Ostoj Roguski¹⁷, do Conselho Nacional para a Reforma Agrária do Paraná e da Confederação Rural Brasileira, e Manuel Linhares de Lacerda(1981, p. 183).¹⁸

No Paraná, o complexo IPES/IBAD também financiou a campanha de diversos políticos da UDN, PR, PDC e PRP nas eleições de 1962, como, por exemplo, o candidato a senador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), o candidato a deputado federal Ivan Luz (PRP), Othon Mader (UDN)¹⁹ e o governador Ney Braga (PDC) (DREIFUSS, 1981, p. 334).

De uma maneira geral, o governo João Goulart durante o período parlamentarista foi marcado pelas sucessivas crises ministeriais. Em virtude disso, após as eleições de outubro de 1962 as atenções políticas voltaram-se para a realização do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, que definiria se o país continuaria no sistema parlamentarista ou regressaria ao presidencialismo. Porém, não eram somente os trabalhistas e as esquerdas que desejavam a volta do presidencialismo, pois apenas os segmentos antijanguistas, sobretudo os udenistas e alguns setores militares, insistiam em defender a continuidade da emenda parlamentarista, que se encontrava em descrédito.

No Paraná, os únicos partidos que defendiam a continuidade do parlamentarismo eram a UDN e o PL (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 out. 1962, p. 3). Por outro lado, o PSD e o PDC mostravam-se propensos a apoiar os

¹⁶ ADEP: Ação Democrática Popular, que nas eleições de 1962 preparou a lista de candidatos e se responsabilizou em financiar a propaganda eleitoral deles.

¹⁷ Bronislau Ostoj Roguski era filiado a UDN e foi deputado estadual entre 1947-1950 e deputado federal entre 1951-1958.

¹⁸ Manuel Linhares de Lacerda era procurador-geral de Justiça do Estado do Paraná. Integralista desde a juventude, era filiado ao PRP. Nas eleições de 1958 elegeu-se segundo suplente de deputado federal (o eleito foi Plínio Salgado e o primeiro suplente Ivan Luz).

¹⁹ Othon Mader era uma das principais lideranças udenistas do Paraná. Foi senador entre 1950-1958 e deputado federal entre 1959-1962. Nas eleições de 1962, por motivos de saúde, optou em não concorrer à reeleição.

trabalhistas na campanha pelo “não” ao parlamentarismo. Assim, teve início, no final de 1962, uma intensa campanha em prol da volta do presidencialismo, apresentado como uma panaceia para todos os problemas do país.

O governador paranaense Ney Braga também trabalhou para o retorno ao presidencialismo (DIÁRIO DO PARANÁ, 9 dez. 1961, p. 1). Segundo José Pedro Kunhavalik, embora Ney declarasse que as constantes mudanças ministeriais prejudicassem a administração do Estado, não “há como não contemplar a hipótese de que [...] a sua defesa em favor do retorno do presidencialismo [...] é motivado também pelo seu desejo em chegar à presidência da República” (2004, p. 300-301).

No dia 6 de janeiro de 1963, após uma intensa campanha contra o regime parlamentarista, cerca de 13 milhões de eleitores compareceram às urnas. Numa proporção de cinco votos para um, rejeitou-se o parlamentarismo (TOLEDO, 1983, p. 38-39). No Paraná, o parlamentarismo venceu com ampla margem de votos em praticamente todas as cidades, exceto em Medianeira e Matelândia, pequenas cidades localizadas na região Oeste do Estado, onde o PL exercia grande influência política (DIÁRIO DO PARANÁ, 8 jan. 1963, p. 1).

No dia 23 de janeiro, foi homologado o presidencialismo e, no dia seguinte, Jango empossou o seu novo ministério,²⁰ procurando conquistar o apoio do centro político. A estratégia procurava conciliar medidas de estabilização econômica com propostas reformistas, mas por meios democráticos (FERREIRA, 2003b, p. 362).

O projeto de governo de Goulart ancorava-se no plano trienal, formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do planejamento.

²⁰ De acordo com Moniz Bandeira (2001, p. 99), Jango organizou um ministério de centro-esquerda, nomeando San Tiago Dantas (Fazenda), Celso Furtado (Planejamento) Darcy Ribeiro (Educação), Almino Affonso (Trabalho), João Mangabeira (Justiça), Hermes Lima (Relações Exteriores), Amaury Kruel (Guerra), entre outros.

Entretanto, o plano trienal implicava, em contrapartida, em restrição salarial, limitação de crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais, afetando, assim, interesses tanto dos setores patronais quanto dos trabalhadores (FERREIRA, 2003b, p. 364).

Porém, no início de fevereiro, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)²¹ já se mostrava contrário à política financeira do plano trienal, declarando que “enquanto este deixava intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, dos latifundiários e dos grandes grupos econômicos nacionais, por outro lado impunha maiores sacrifícios às classes populares e trabalhadoras” (TOLEDO, 1983, p. 47).

Além do CGT, praticamente toda a esquerda, aglutinada na Frente de Mobilização Popular (FMP),²² sob a liderança de Leonel Brizola, criticavam duramente o plano de Celso Furtado. De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 245-246), a frente de mobilização popular pressionava constantemente o Congresso e Jango, exigindo medidas concretas e de curto prazo para implantar as reformas de base.

No que concerne à campanha pelas reformas de base, houve no Paraná uma aproximação entre os “pragmáticos-reformistas” do PTB e os

²¹ Segundo Ricardo Antunes (2003, p. 55), o CGT foi, durante o governo de João Goulart, a expressão mais significativa do movimento sindical brasileiro. As linhas mestras da plataforma do CGT eram o nacionalismo, a modernização distributiva e as reformas sociais, traduzidas nas seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior; restrição aos investimentos estrangeiros; direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados; ampliação da organização dos trabalhadores rurais; reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social; fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais.

²² Criada no final de 1962/início de 1963, a Frente de Mobilização Popular (FMP) era uma frente suprapartidária que aglutinou os heterogêneos grupos nacionalistas e reformistas: os trabalhistas da ala radical e do Grupo Compacto, o PCB, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e organizações de subalternos das Forças Armadas (como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha). Em suma, a FMP era uma grande coalizão das esquerdas que lutavam pelas reformas de base. Sua principal liderança era Leonel Brizola, que ganhava cada vez mais notoriedade nacional como a grande liderança nacionalista e das esquerdas. Defendendo um nacional-reformismo radical e com discursos cada vez mais agressivos (FERREIRA, 2004).

reformistas do PDC. Ney Braga, por exemplo, frequentemente utilizava-se da retórica das reformas, desde que referendadas pela doutrina social cristã. Desse modo, Ney não se aproximou de políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes, que defendiam as reformas de base de maneira mais contundente (KUNHAVALIK, 2004, p. 303 e 307).²³

Em meados de 1963, diante da obstrução do Congresso, apontado como um “antro de reacionarismo” por Brizola, as demandas pelas reformas de base tenderam-se a se radicalizar. Assim, a palavra de ordem da FMP tornou-se “reforma agrária na lei ou na marra” – conforme o slogan cunhado por Francisco Julião.

João Goulart, por sua vez, encontrava-se em dificuldades políticas: sofrendo forte oposição da frente de mobilização popular e pressionado pelo empresariado, Jango viu o plano trienal sucumbir ainda no primeiro semestre de 1963, o que o levou a realizar uma reforma ministerial em junho.²⁴

Assim, em substituição ao petebista Almino Affonso, Jango nomeou, em junho, para a pasta do Trabalho o senador (e vice-presidente do PTB do Paraná) Amaury de Oliveira e Silva,²⁵ integrante da FPN e um “pragmático-reformista” de tendências mais moderadas do que o seu antecessor.²⁶

²³ José Pedro Kunhavalik (2004, p. 308) lembra que Ney Braga denominava o grupo liderado por Brizola de “esquerda negativa”.

²⁴ Com a reforma ministerial de junho de 1963 foram nomeados os seguintes ministros: Darcy Ribeiro (Casa Civil), Antônio Ferreira de Oliveira (Minas e Energia), Paulo de Tarso (Educação e Cultura), Abelardo Jurema (Justiça), Evandro Lins e Silva (Relações Exteriores), Amaury de Oliveira e Silva (Trabalho e Previdência Social) e Jair Dantas Ribeiro (Guerra) (DIÁRIO DO PARANÁ, 18 jun. 1963, p. 1).

²⁵ À frente do Ministério do Trabalho, Amaury Silva vivenciou um período de eclosão de inúmeras greves, muitas delas catalisadas por motivos políticos. Embora não incentivasse as greves – ao contrário do seu antecessor, Almino Affonso – e nem as desaprovasse, Amaury Silva caracterizou-se pela moderação e pela tentativa de dialogar com o movimento sindical. Mais detalhes, ver Erickson (1979).

²⁶ Inclusive, os jornais paranaenses deram amplo destaque, em tom ufanista, a participação de um paranaense na administração federal depois de quase oito anos – o último ministro paranaense foi Bento Munhoz da Rocha Neto, que assumiu a pasta da Agricultura no governo Café Filho, em 1955.

Segundo José Pedro Kunhavalik (2004, p. 303), o relativo apoio de Ney Braga ao governo federal levou Goulart a ceder um ministério para o Paraná – e o escolhido foi um membro do PTB paranaense. Presidente nacional do PDC, Ney Braga também foi consultado sobre a nomeação de um ministro pedecista, cujo escolhido foi o deputado federal pelo PDC paulista Paulo de Tarso, que assumiu o Ministério da Educação e Cultura.

Ainda segundo Kunhavalik (2004, p. 309), em julho de 1963, Ney Braga também indicou a Goulart a nomeação do seu secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, para a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Porém, como Jango não queria fortalecer Ney em detrimento do PTB, nomeou o senador (e presidente do PTB paranaense) Nelson Maculan para o cargo. Conforme o autor, a nomeação de Maculan somada à rejeição de Goulart em nomear Queiroz Filho, do PDC, à embaixada brasileira na Iugoslávia, além das nomeações nos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), que favoreciam o PTB em detrimento do PDC, determinaram o afastamento de Ney/PDC de Jango.²⁷

Sem dúvida, o governo de João Goulart favoreceu amplamente o PTB paranaense, com nomeações em autarquias e com um ministério²⁸, fortalecendo muito o partido no âmbito da política estadual – em termos políticos e econômicos, o que poderia significar um trunfo para a sucessão estadual de 1965 –, desagradando Ney Braga e o PDC, os principais concorrentes dos petebistas pela hegemonia política do Paraná.

Nesse sentido, Ney Braga, em entrevista, disse “que a nomeação de Nelson Maculan para a presidência do IBC obedecia a um esquema político

²⁷ Conforme José Pedro Kunhavalik (2004, p. 309), as declarações de Ney Braga no início de agosto mostram claramente este afastamento.

²⁸ Nesse sentido, convém lembrar que os três principais líderes do PTB paranaense estavam participando do governo João Goulart: Léo de Almeida Neves, desde novembro de 1961, era diretor do Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil; Amaury de Oliveira e Silva foi nomeado ministro do Trabalho, em junho de 1963; e Nelson Maculan foi nomeado presidente do IBC em julho de 1963.

visando à sucessão estadual de 1965”, “ressaltando que o presidente da República tem demonstrado interesse no fortalecimento do seu partido com as nomeações dos senadores Maculan para o IBC e Amaury Silva para o ministério do Trabalho”. E acrescentou: “havia fortalecido um candidato provável ao governo do Estado; agora está fortalecendo o outro” (DIÁRIO DO PARANÁ, 18 jul. 1963, p. 3).

De fato, a sucessão estadual de 1965, cujos principais concorrentes eram o PTB e o PDC, era um dos assuntos que mais dispndia as atenções nos círculos políticos paranaenses. E, nesse momento, os nomes mais fortes que despontavam para concorrer ao pleito de 1965 como candidatos petebistas eram os dos senadores Amaury Silva e Nelson Maculan, que, bastante fortalecidos politicamente com as recentes nomeações por Jango, a partir do segundo semestre de 1963 deram início às suas campanhas eleitorais pelo interior do Estado.²⁹

Já em nível nacional, a crise política acentuava-se: com as reformas de base, sobretudo a agrária, sendo rejeitada pelos conservadores, que representavam a maioria no Congresso, Brizola e a FMP pressionavam intensamente o parlamento, enquanto o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ameaçava deflagrar greves gerais em todo o país. Ao mesmo tempo, cresciam as conspirações golpistas, articuladas por setores civis e militares.

Ademais, a política conciliatória de Goulart não estava dando resultados, pois, além de afastá-lo de Brizola e das esquerdas, Jango também não tinha angariado o apoio dos grupos de centro e conservadores. Dessa forma, Jango encontrava-se, no final de 1963, isolado à esquerda e à direita.

No Paraná, Ney Braga já se mostrava cada vez mais distante de Jango. Na Convenção Estadual do PDC, realizada no final de novembro e

²⁹ Essa disputa interna entre Amaury Silva e Nelson Maculan foi amplamente divulgada na imprensa paranaense durante o ano de 1963.

início de dezembro de 1963, Ney Braga atacou Goulart: “considerando que as dificuldades pelas quais passam o Brasil e o Paraná se devem ao mau governo da União”, afirmou: “Eu não sabia que o Jango era tão ruim assim” (O ESTADO DO PARANÁ, 1 dez. 1963, p. 4). Era o indício do rompimento entre Ney e Jango, oficializado em dezembro de 1963 após a saída do pedecista Carlos Alberto de Carvalho Pinto³⁰ do Ministério da Fazenda, em virtude dos ataques virulentos que sofria de Brizola, da Frente de Mobilização Popular (FMP), da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), do CGT e da União Nacional dos Estudantes (UNE) pela política econômica que vinha implementando.³¹ Após romper com Jango, Ney estreitou as suas relações com os governadores conspiradores Carlos Lacerda (UDN), da Guanabara, José de Magalhães Pinto (UDN), de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP), de São Paulo e Ildo Meneghetti (PSD), do Rio Grande do Sul, entre outros.

Embora Jango procurasse o caminho da conciliação entre as forças políticas, no final de 1963 estava claro que o presidente não poderia contar com o apoio dos setores conservadores.³² Igualmente isolado à esquerda, Jango percebeu que a sua estratégia de conciliação havia fracassado. A partir de então, no final de 1963, optou em reaproximar-se, gradativamente, com as

³⁰ Conforme Caio Navarro de Toledo (1983, p. 67), a demissão de Carvalho Pinto, tido como um eficiente administrador, representou o rompimento de um dos últimos elos que a burguesia brasileira ainda mantinha com Goulart.

³¹ José Pedro Kunhavalik lembra que Ney Braga considerou a saída de Carvalho Pinto como uma “decorrência das pressões de grupos de agitação interessados em manter o clima de intranquilidade no país” e critica João Goulart, que em “apenas dois anos e meio constituiu cinco Ministérios, sempre claudicantes, fruto tão somente de injunções políticas e muito distantes dos supremos interesses nacionais” (2004, p. 311).

³² Conforme Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 280), os proprietários rurais estavam assolados pelo fantasma da reforma agrária, os empresários estavam indignados com a crescente mobilização e reivindicação dos trabalhos urbanos, enquanto os setores militares conservadores, que viam, na expansão dos movimentos populares, além do perigo da expansão comunista, uma séria ameaça à hierarquia militar, uma vez que sargentos e marinheiros também participavam de inúmeras manifestações reivindicativas.

organizações à esquerda, restabelecendo contatos com Brizola e adotando, com maior ênfase, medidas nacionalistas e de cunho reformista.³³

Contudo, o indício de que Jango havia adentrado no caminho reivindicado pelas esquerdas ocorreu em fevereiro de 1964, quando passou a prestigiar a Superintendência da Política Agrária (Supra),³⁴ elaborando um decreto que permitia a desapropriação de 20 km de cada lado das rodovias e ferrovias federais, açudes e rios navegáveis.

O vazamento do decreto da Supra assustou os setores conservadores, que reagiram com pesadas críticas ao presidente, ao mesmo tempo em que a conspiração dos grupos golpistas civis e militares avançava de maneira acelerada.

Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná

A aproximação de João Goulart com Leonel Brizola e as esquerdas foi selada em março de 1964, quando Jango comprometeu-se por um programa máximo de reformas de base. Nesse sentido, foi emblemático o “comício das reformas”, realizado no dia 13 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que contou com a participação de Jango, Brizola, Miguel Arraes e outras lideranças reformistas, sindicais e comunistas. Na ocasião, Goulart:

anunciou a encampação das refinarias particulares de petróleo e assinou o decreto da SUPRA, que estabelecia a desapropriação de propriedades rurais superiores a 500 hectares situadas numa faixa de 10 km à margem das rodovias federais, ou propriedades superiores a 30 hectares localizadas às margens de açudes e obras de irrigação efetuadas pelo governo (D'ARAÚJO, 1996, p. 155).

³³ Em 24 de dezembro de 1963, assinou uma medida que fazia parte das reivindicações das esquerdas, decretando o monopólio da Petrobrás na importação de petróleo e derivados. O decreto impedia sangria considerável de divisas, o que contrariou poderosos investidores norte-americanos (FERREIRA, 2003b, p. 377). Em 17 de janeiro de 1964, assinou outra medida igualmente reclamada pelas esquerdas: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior, que estava engavetada desde meados de 1962 (FERREIRA, 2003b, p. 377).

³⁴ A Superintendência da Política Agrária (Supra) foi criada em novembro de 1962 e tinha por finalidade, dentre outras, planejar e executar a reforma agrária no país.

No comício, que reuniu cerca de 100/200 mil pessoas, Brizola adotou um discurso radical, no qual, além de criticar o Congresso e sugerir o seu fechamento e a convocação de uma Assembleia Constituinte, conclamou Jango a encerrar a política conciliatória e instalar um governo nacionalista e popular (D'ARAÚJO, 1996, p. 155).

No dia 15 de março, Goulart enviou ao Congresso a sua última Mensagem Presidencial, na qual solicitava a realização das reformas mediante uma ampla revisão constitucional.³⁵ Ademais, Jango também solicitou duas reformas constitucionais que aumentaram as suspeitas dos conservadores quanto aos possíveis planos golpistas do governo: a) a revogação do princípio da indelegabilidade de poderes, o que significava conferir poderes excepcionais na área decisória ao Executivo; b) anular os impedimentos constitucionais em vigor quanto à reeleição e abrir caminho para a eleição de parentes consanguíneos – o que, na prática, favoreceria tanto o continuísmo de Goulart pela via eleitoral quanto à eleição de Brizola, seu cunhado (D'ARAÚJO, 1996, p. 156).

Portanto, o comício do dia 13 e a Mensagem Presidencial de Jango ao Congresso alarmaram políticos e militares, que, suspeitando que um golpe de esquerda estivesse se configurando, reagiram com fortes críticas a Jango.

Na Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 19 de março, o deputado udenista João Vargas de Oliveira declarou que estava “proclamada a República sindicalista no Brasil” (DIÁRIO DO PARANÁ, 20 mar. 1964, p. 3). No mesmo dia, Ney Braga também teceu críticas ao presidente:

³⁵ Acerca da reforma agrária, Jango solicitou uma reforma constitucional que suprimia a exigência do pagamento em dinheiro nas desapropriações, sugerindo que os pagamentos fossem feitos metade em dinheiro e metade em títulos da dívida pública. Jango também solicitou a extensão do direito de votos aos analfabetos, aos sargentos e praças e a aprovação de um plebiscito para que o povo se pronunciasse em relação às reformas de base – na verdade, Jango pretendia mobilizar o apoio das massas urbanas e rurais para a consecução dos seus propósitos (HIPOLITO, 1985, p. 242-244).

Aí está a inflação desenfreada, as agitações sociais, os poderes se desentendendo, principalmente tendo em vista o comício que recentemente se realizou no Rio, quando na presença do Presidente da República o Congresso foi atacado.

O que estamos vendo é a desorganização administrativa, a falta de autoridade, o acirramento da luta com os ataques os mais violentos. Homens que querem falar e não podem, homens que falam o que não devem. [...] Vimos o deputado Leonel Brizola pregar o fechamento do Congresso. Isto, que só pode agravar a situação brasileira, que bem trará ao Brasil, interna e externamente? O Presidente da República presente no comício poderia pregar a paz, a tranquilidade e reformas dentro da democracia, solicitando ao Congresso que desse as reformas. Mas não como foi feito, pregando-se, através de vários oradores, a quebra do regime constitucional. Seria muito melhor que aqueles homens estivessem trabalhando mais e alertando o povo de outra forma, mas não em comícios de ódios.

[...] O Congresso não está fechado às reivindicações populares e, na hora presente, saberá atender aos reclamos do povo. Mas sem que se o pressione; encostando-o à parede, pois este não é modo eficiente de se viver o regime.

[...] Eu não vejo ação do presidente atual. O presidente pregou o presidencialismo e eu estava com ele, acreditando que teria, então, maior autoridade para combater os males que o Brasil está sentindo. O povo deu-lhe o presidencialismo. E o que foi feito após isso? Nada (GAZETA DO POVO, 20 mar. 1964, p. 3).

No dia seguinte (20 de março), na Assembleia Legislativa, Haroldo Leon Peres, o líder da bancada udenista, fez moção de apoio às declarações de Ney Braga, sendo endossado pelas bancadas do PSD, PDC, UDN, PR, PRP, PTN e PRT. A bancada do PTB, isolada, retirou-se do plenário para não participar da votação (GAZETA DO POVO, 21 mar. 1964, p. 3).

Também no dia 20, o governador mineiro Magalhães Pinto lançou um manifesto à nação, declarando-se a favor das reformas de base, mas “repelindo o golpe e o continuísmo, como repelia também a exploração interessada dos radicalismos políticos” (HIPPOLITO, 1985, p. 245). Segundo Lúcia Hippolito (1985, p. 245), o manifesto de Magalhães Pinto significou um aviso aos vários grupos conspiradores de que as forças políticas conservadoras mineiras estavam unidas em torno da conveniência de uma rápida deposição do Goulart.

Por outro lado, os setores conservadores civis, eclesiásticos e militares, utilizando-se do contexto da Guerra Fria e do exemplo da Revolução Cubana (1959), passaram a fazer ampla propaganda contra Jango, Brizola, a CGT, a UNE, as Ligas Camponesas etc. e difundiam que o comício do dia 13 era um indício de que o governo havia começado a sua escalada contra a propriedade privada, representando o avanço do comunismo no país.

Assim, sob a bandeira do anticomunismo, da defesa da fé religiosa, da moral e propriedade privada, cerca de 400 a 500 mil pessoas saíram pelas ruas de São Paulo, no dia 19 de março, na famosa manifestação conhecida como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, na qual membros das classes médias e altas protestavam contra o governo de Jango, “pedindo que Deus e os militares salvassem o Brasil do comunismo” (TOLEDO, 1983, p. 99; D’ARAÚJO, 1996, p. 155).³⁶

Durante o mês de março, manifestações dessa natureza se repetiram em diversas capitais do país. Em Curitiba, o evento foi rebatizado de “Marcha a favor do ensino livre (CODATO; OLIVEIRA, 2004)”. Realizada no dia 24 de março, cerca de 30 mil pessoas protestaram contra a “comunização do ensino e a encampação dos colégios particulares”, se dirigindo ao Palácio Iguaçu, onde o governador Ney Braga discursou em apoio aos manifestantes (DIÁRIO DO PARANÁ, 25 mar. 1964, p. 1; 6; O ESTADO DO PARANÁ, 25 mar. 1964, p. 4).

Cairo Navarro de Toledo (1983, p. 99-100), as Marchas da Família com Deus pela Liberdade tinham o propósito de criar um clima favorável à intervenção militar, bem como incitar as forças armadas ao golpe de Estado.

³⁶ Organizada por movimentos femininos e com a colaboração do governo do Estado de São Paulo, de setores da Igreja Católica, da Fiesp e da Sociedade Rural Brasileira, a marcha foi encerrada com discursos de deputados do PSD e da UDN contra o governo de Jango (TOLEDO, 1983, p. 99).

Dessa forma, conforme Rodrigo Patto Sá Motta, no final de março as condições para a deposição do presidente estavam dadas, “faltando apenas a fagulha, o elemento para detonar o mecanismo golpista e empurrar à ação os que ainda hesitavam ante a hipótese de rompimento institucional” (2002, p. 268). E o elemento detonador foi a rebelião dos marinheiros e fuzileiros navais, ocorrida no dia 25 de março, que contou com o apoio e o incentivo das esquerdas³⁷. Esse episódio aumentou o número de “descontentes”, que ingressariam ao lado dos conspiradores, sob a liderança do Mal. Humberto Castelo Branco. Segundo Jorge Ferreira (2003b, p. 326), a partir de então, muitos militares das três forças, até então legalistas, concluindo que a corporação militar estava em risco, cederam aos argumentos da, até então, minoria golpista.

Conforme Thomas Skidmore (1982, p. 361-362), naqueles dias o Mal. Castelo Branco dissera aos conspiradores civis que a demissão do ministro da Marinha seria o sinal para a deposição de Jango. A partir de agora, o golpe tinha data marcada: 2 de abril. Nesse dia, estava prevista uma grande “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no centro da Guanabara. Calculava-se

³⁷ No dia 25 de março, mais de 1.000 marinheiros e fuzileiros navais reuniam-se no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, a fim de comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. O encontro foi proibido pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota. Dentre outros, o ato contou com a presença de representantes da UNE, do CGT e de Leonel Brizola. Além de defender as reformas de base, reivindicaram o reconhecimento da Associação, melhor alimentação e reformulação do regulamento disciplinar da Marinha. O encontro foi considerado uma subversão da hierarquia militar e o ministro da Marinha enviou ao local um destacamento de fuzileiros navais para prender os organizadores da reunião. No entanto, os fuzileiros aderiram ao movimento. Goulart proibiu que as tropas atacassem o sindicato, o que deixou os oficiais da Marinha indignados e levou o ministro da Marinha, Sílvio Mota, a renunciar ao cargo. Goulart enviou Amaury Silva, ministro do Trabalho, para negociar com os marinheiros, que foram convencidos a se entregarem. Levados presos a um quartel, poucas horas depois foram anistiados pelo novo ministro da Marinha, o almirante Paulo Márcio Rodrigues, de 69 anos, presidente do Tribunal Marítimo, homem de esquerda e de confiança do CGT. A sublevação dos marinheiros, a anistia e a nomeação de um novo ministro atingiram a alta oficialidade das Forças Armadas como uma “verdadeira bomba”. O clube militar e o clube naval denunciaram com veemência o “ato de indisciplina acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia”. Assim, estava selada a sorte de Goulart (TOLEDO, 1983, p. 101-102; FERREIRA, 2003b, p. 387-391).

que essa manifestação daria a suficiente “cobertura política” para a intervenção militar.

Porém, o golpe, que vinha sendo arquitetado por conspiradores civis e militares foi “antecipado” pelo governador mineiro Magalhães Pinto, contando com a adesão de outros governadores golpistas, como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti e Ney Braga, entre outros.

Embora a participação de Ney Braga seja pouco mencionada, o governador paranaense esteve envolvido diretamente e “silenciosamente” no golpe. No dia 30 de março, Ney esteve em Belo Horizonte, onde se reuniu, por 5 h, com o governador Magalhães Pinto para discutir a situação nacional (em Minas Gerais, Ney foi tratar da conspiração golpista, como implicitamente revelaria em um discurso dado após o golpe, conforme veremos a seguir). Retornando a Curitiba no mesmo dia, imediatamente se reuniu, durante horas, com o seu secretariado. Em seguida, divulgou um manifesto de solidariedade à Marinha, “em defesa das instituições democráticas e contra a indisciplina e a subversão da ordem” (GAZETA DO POVO, 31 mar. 1964, p. 1; DIÁRIO DO PARANÁ, 31 mar. 1964, p. 1).

Segundo José Pedro Kunhavalik (2004, p. 319), no mesmo dia 30, Ney Braga enviou Jucundino Furtado, secretário da Educação, a Porto Alegre para transmitir a Ildo Meneghetti informações acerca da conversa que tivera com Magalhães Pinto. Ainda nesse dia, também esteve reunido com o Gen. Dario Coelho³⁸, comandante em exercício da 5ª Região Militar. Conforme José Carlos Dutra (2004, p. 198), na conversa que teve com o Gen. Dario, Ney manifestou-se simpático ao movimento que se desencadearia em Minas

³⁸ O Gen. Dario Coelho ocupava o comando interinamente, pois o Gen. Silvino Castor da Nóbrega, oficial legalista, estava de férias no Rio de Janeiro. Segundo José Carlos Dutra, o Gen. Silvino dividia opiniões: “alguns o consideravam muito próximo das esquerdas e defensor das reformas propostas pelo governo; outros o consideravam um militar extremamente profissional, disciplinado e legalista. Era ex-combatente da Segunda Guerra Mundial e, segundo algumas opiniões, não muito dado às questões políticas” (2004, p. 198-199).

Gerais e entregou-lhe uma carta de apelo do Gen. Guedes, na qual pedia que o Gen. Dario se juntasse aos seus companheiros mineiros. Posteriormente, Ney Braga permaneceu em vigília no Palácio Iguazu até a madrugada.

Segundo o depoimento do Cel. Ítalo Conti,³⁹ secretário de Segurança de Ney, em matéria publicada no jornal *Gazeta do Povo*, anos depois:

“O Ney não só era favorável (ao golpe) como integrava o grupo de conspiradores. Ele disse para mim: Ítalo, eu preciso governar o estado e não posso me expor. Mas você tem o meu aval para fazer o que tem de ser feito.” Segundo Conti, o governador paranaense não quis se envolver publicamente para não prejudicar a administração do estado.

O ex-secretário de Segurança afirma que, desde 1962, Ney Braga o havia incumbido de preparar um batalhão da Polícia Militar que pudesse ser usado no momento necessário, já que o alto comando do Exército no Paraná era ligado a Jango. “Havia tenentes e capitães do Exército que estavam do nosso lado. Mas não sabíamos como eles iriam se comportar quando houvesse a deposição de João Goulart.”

Quando o golpe “estourou”, porém, Ney Braga, que era coronel do Exército, foi um dos primeiros a apoiar a deposição do então presidente. Já no 1º de abril, ele fez um pronunciamento favorável à deposição de João Goulart e à tomada do poder pelos militares (GAZETA DO POVO, 31 mar. 2009).

Também no dia 30 de março, Jango – acompanhado de alguns de seus ministros, dentre eles Amaury Silva – compareceu à festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro.⁴⁰ Ter comparecido a uma festa de subalternos das Forças Armadas, logo após um motim de marinheiros, representou a gota d’água para muitos militares até então legalistas que, convencidos de que Jango incentivava a indisciplina, instigando os subalternos

³⁹ Em 2009, na época da entrevista, Ítalo Conti ocupava o posto de general reservista.

⁴⁰ Apesar de algumas pessoas próximas a Jango desaconselharem a sua participação no evento – que contaria com a presença não apenas de sargentos, mas também de marinheiros e fuzileiros navais, mistura naquele momento explosiva e que poderia ser interpretada como uma provocação às Forças Armadas –, Jango optou em comparecer. Mais detalhes, ver Ferreira (2011, p. 454-462).

contra os superiores, passaram para o lado dos conspiradores. No dia seguinte, a grande imprensa publicou pesadas críticas a Jango e pregava a sua deposição, ao mesmo tempo em que o presidente do Senado, o pessedista Auro de Moura Andrade, declarava o rompimento com Goulart e apelava para que as Forças Armadas restabelecessem a ordem (FERREIRA, 2003b, p. 391).

No mesmo dia 31 de março, as tropas do Gen. Olímpio Mourão Filho – com o respaldo do governador paulista Adhemar de Barros, do governador mineiro Magalhães Pinto e do Gen. Luís Carlos Guedes, comandante do IV Regimento Divisionário – deram início ao golpe,⁴¹ marchando de Juiz de Fora (MG) ao Rio de Janeiro. Jango, informado por San Tiago Dantas de que o governo dos Estados Unidos havia deslocado para o litoral brasileiro um grande aparato militar⁴² para intervir no país, caso fosse necessário – A Operação Brother Sam⁴³ –, ficou receoso em reagir, temendo a eclosão de uma guerra civil com a intervenção norte-americana (FERREIRA, 2011, p. 470-471).

Embora Jango contasse com o apoio de alguns generais legalistas – como o ministro da Guerra Jair Dantas e Argemiro de Assis Brasil, chefe da Casa Militar –, a rebelião militar deflagrada pelo Gen. Mourão Filho, e respaldada por vários governadores e outras lideranças civis, desencadeou o processo golpista, uma vez que ao movimento aderiram, em poucas horas, os setores conspiradores das três armas e outros oficiais até então legalistas que foram convencidos, de última hora, que o país e as Forças Armadas estavam em perigo em virtude das sucessivas “agitações subversivas” (FERREIRA, 2003b, p. 373). Nesse sentido, Élio Gaspari lembra as palavras do Gen.

⁴¹ Tratava-se da “Operação Popeye”, cujo objetivo era entrar na Guanabara e tomar o prédio do Ministério da Guerra (FERREIRA, 2011, p. 470).

⁴² Na costa brasileira estava o porta-aviões *Forrestal*, destróieres de apoio com mísseis teleguiados, navios abarrotados de armas, munições e mantimentos, além de quatro petroleiros. A força-tarefa contava com sete aviões de transporte, cada um carregando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça e oito aviões-tanque, além de outro de comunicações (BANDEIRA, 2001, p. 173).

⁴³ Sobre a Operação Brother Sam, ver o trabalho de Carlos Fico (2008).

Cordeiro de Farias, um dos conspiradores: “o Exército dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1^o” (2002, p. 81-83).

No comando do IV Exército (o Comando Militar do Nordeste, com sede em Recife), o Gen. Justino Alves Bastos aderiu ao golpe e prendeu o governador pernambucano Miguel Arraes. No II Exército, sediado em São Paulo, Amaury Kruel, que era amigo de Jango, optou em aderir ao movimento golpista em virtude da negativa do presidente em se afastar e reprimir as esquerdas.⁴⁴

Além dos militares, o golpe também contou com decisivo apoio de vários governadores, como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti, Ney Braga, Celso Ramos, entre outros, que autorizaram as polícias militar e civil em seus respectivos Estados a prender os “subversivos” e reprimir qualquer possível reação ao golpe.

Particularmente no Paraná, no dia 31 de março, o governador Ney Braga, sabendo do golpe em marcha, manteve-se em vigília no Palácio Iguazu, realizando vários contatos telefônicos com os governadores Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti e Celso Ramos. No mesmo dia, os bispos do Paraná lançam um manifesto criticando o comunismo e apoiando as Forças Armadas e o Congresso Nacional (KUNHAVALIK, 2004, p. 320-321).

Segundo o Cel. Ítalo Conti, secretário de Segurança de Ney Braga, o Gen. Silvino Castor da Nóbrega, comandante da 5ª Região Militar, apoiava Jango e poderia oferecer alguma resistência. No dia 31 de março, o Gen. Silvino da Nóbrega voltava a Curitiba em um avião da FAB após uma reunião com o Gen. Assis Brasil, chefe da Casa Militar, que tentava conter os militares golpistas. A chegada do Gen. Silvino a Curitiba causou grande preocupação entre os conspiradores paranaenses, pois era certa a sua adesão a Jango, o que poderia desencadear a luta armada no Estado. Inclusive, segundo José Carlos

⁴⁴ Mais detalhes, ver Jorge Ferreira (2003b e 2011).

Dutra (2004, p. 199), o Gen. Amaury Kruehl, comandante do II Exército, havia deslocado tropas de São Paulo a Curitiba prevendo o enfrentamento com o Gen. Silvino.

A solução encontrada pelos conspiradores foi desviar a aeronave do Gen. Silvino para Porto Alegre. Segundo o Cel. Ítalo Conti: “O piloto do avião recebeu ordens de um tenente que era ligado a nós, que havia recebido ordens para levar o comandante [Silvino] a Porto Alegre.” Conti afirma que foi dito ao Gen. Silvino que a neblina impedia a aterrissagem. “Quando ele chegou ao Rio Grande, já estava tudo dominado” (GAZETA DO POVO, 31 mar. 2009).

Na ausência do Gen. Silvino, a 5ª Região Militar continuava sob o comando do Gen. Dario Coelho, que havia aderido ao golpe. Segundo José Carlos Dutra, havia dúvidas entre os oficiais quanto à posição que deveriam adotar, pois,

as primeiras notícias que chegaram ao Paraná davam conta de uma rebelião das tropas federais aquarteladas em Minas Gerais, a serviço de um golpe liderado por Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Tal notícia não teve uma boa acolhida pela oficialidade paranaense, uma vez que esses políticos não eram bem vistos pelos militares (2004, p. 198).

No entanto, o Gen. Dario Coelho convocou todos os oficiais que serviam em Curitiba e, em reunião, confirmou a informação de que se tratava de um movimento militar contra o comunismo, a corrupção e a quebra da disciplina e indagou-os sobre de qual lado estavam. A adesão foi quase total e os que não aderiram foram presos (DUTRA, 2004, p. 198).⁴⁵

⁴⁵ Um documento denominado *Relatório da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria* concernente ao movimento militar de 31 de março de 1964, relata a prisão, por discordarem da posição assumida pelo Comandante, dos tenentes-coronéis Paulo de Moraes e Flávio Dias de Castro – ambos ocupavam funções administrativas no Comando da 5ª Região Militar. O mesmo documento relata, também, a prisão do Coronel Alcides do Amaral Barcelos e do Tenente-Coronel Edson Giordano de Medeiros, ambos do CPOR sob a acusação de exercerem militância política em partidos de esquerda, em que defendiam abertamente as reformas governistas e por terem discordado da posição adotada pelo General Dario (DUTRA, 2004, p. 198).

Segundo Léo de Almeida Neves (2002, p. 251), o coronel Alcides Amaral Barcellos, que pertencia ao PTB paranaense e comandava o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) em Curitiba, tentou organizar uma resistência, mas foi preso, cassado e enviado para o navio da Marinha de Guerra *Raul Soares*, na costa de Santos, que serviu de prisão militar nos primeiros dias do golpe.

Portanto, o apoio de Dario Coelho⁴⁶, comandante interino da 5ª Região Militar, às tropas mineiras e paulistas significou uma importante defecção no III Exército, com sede no Rio Grande do Sul. A partir de então, todas as unidades militares do Paraná e Santa Catarina foram retiradas da subordinação a Porto Alegre e passaram a integrar o II Exército, sob o comando do Gen. Amaury Kruel.

Quanto ao Gen. Silvino da Nóbrega, em Porto Alegre ele tentou organizar uma resistência, dando ordens aos batalhões de Blumenau e Joinville para que se deslocassem na direção de São Paulo. Porém, tal ordem não foi cumprida e o Gen. Silvino foi destituído do comando, acusado de apoiar os comunistas. Posteriormente, respondeu a inquérito policial-militar e foi transferido para a reserva (DUTRA, 2004, p. 199).

Por sua vez, a Assembleia Legislativa do Paraná também estava em vigília, aguardando o desenrolar dos fatos. Nesse momento, a bancada petebista foi a única que se manteve solidária a João Goulart, enquanto a bancada udenista, por meio do seu líder, Haroldo Leon Peres, tecia duras críticas ao presidente e elogiava a atitude do governador mineiro Magalhães Pinto (GAZETA DO POVO, 1 abr. 1964, p. 3).

Dois petebistas paranaenses estavam ao lado de João Goulart, no Palácio Laranjeiras, durante os desdobramentos do dia 31 de março: o ministro do Trabalho Amaury Silva e Léo de Almeida Neves, “que procurou

⁴⁶ Posteriormente, o governador Ney Braga elogiou publicamente a atuação do Gen. Dario Coelho (DIÁRIO DO PARANÁ, 2 abr. 1964, p. 3).

defender Jango na Rádio Nacional, conclamando o povo e os militares legalistas a resistir ao golpe” (NEVES, 2002, p. 262).

Contudo, na manhã do dia 1º de abril de 1964, Goulart percebeu que estava condenado. Com as tropas mineiras e paulistas marchando ao Rio de Janeiro e com as defecções no I Exército, alguns generais legalistas sugeriram que o presidente deixasse o Palácio Laranjeiras por falta de segurança. A notícia de que Jango deixou o Rio de Janeiro rumo a Brasília foi interpretada pelos setores civis e militares golpistas como a capitulação do presidente. Assim, o sucesso da “revolução” fora comemorado em diversas capitais do país, como em Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (FERREIRA, 2003b, p. 398).

Portanto, o golpe de 1964 não foi somente um golpe deflagrado por militares insatisfeitos, mas por uma ampla coalizão civil-militar, uma vez que contou com o apoio de uma parcela da imprensa e dos meios de comunicação, de setores da Igreja Católica, de diversos políticos e de uma ampla parcela dos latifundiários, dos empresários e das classes médias.

No Paraná, nesse clima de comemorações, na noite do dia 1º de abril, Ney Braga fez um discurso – transmitido pelas emissoras de rádio e televisão – no Palácio Iguazu, onde se encontravam milhares de pessoas, no qual disse “que se considerava um democrata, criticou o perigo comunista e afirmou que Goulart estava ameaçando o regime, mas que agora o Brasil estava livre e que nele vingará a democracia cristã”.

Somos democratas convictos, que víamos então que a crise da falta de autoridade ia tomando tal vulto que se não tomássemos de imediato, uma medida estancatória, o Brasil seria tragado e iríamos para o caos. Do caos para onde, não sabíamos!

Vimos a rebelião dos marinheiros e, antes e depois, discursos do presidente em sindicatos e outras instituições, ameaçando o regime. Tudo isso mostrou-nos que era chegada a hora de dizermos: basta de encaminhar o Brasil para os braços da Rússia. Agora quero dizer ao povo do Paraná: não fizemos isso para defender privilégios de grupos; não o fizemos para

defender interesses de partidos políticos. Há três dias, quando o governador Magalhães Pinto, à meia-noite, telefonou pedindo-me que fosse ao seu encontro. Fui a Minas [dia 30] e lá o encontrei em companhia do deputado Alkmin, de Milton Campos e de vários outros políticos e um general do Exército, o general Guedes, comandante da 4ª Região Militar. Teve ele palavras mais ou menos assim: “Eu não tenho nada. Sou pobre. Tenho meu nome. Vivo pensando no Brasil, desde que me entendo por gente. **Ontem cheguei em casa, vi minha filha com meu neto no colo. Ao ver a criança, pensei: não é possível que eu não arrisque, agora, a minha vida para que esta criança tenha liberdade no futuro. Por isso, quero dizer aos senhores: já tomei minha decisão. Ela é irreversível. Amanhã nós em Minas Gerais nos rebelaremos contra a indisciplina, contra os que estão ferindo a Constituição, porque estão ferindo, realmente, as bases onde se assenta a própria razão da existência das Forças Armadas.** Dalí viemos para o Paraná e acompanhamos a atitude de outros governadores.

Agora, é preciso que se note. Sofremos algum tempo a influência de uma propaganda demagógica. E a nossa pregação anticomunista é esta: o comunismo esmaga a liberdade; o comunismo desrespeita e esmaga as nossas tradições que respeitamos como homens educados dentro dos sentimentos cristãos.

[...] **Os demagogos estão sendo alijados hoje do poder nesta República**, mas o que hão de assumir tem o dever sagrado para com o Brasil, para com a nossa geração, para com a humanidade, de levar, dentro do coração, o sofrimento dessa pobre gente. [...].

As reformas que os demagogos diziam querer, mas que, realmente não queriam, nós, dentro da democracia, teremos de fazê-las, porque não há, meus senhores, nenhum cristão vivo que não possua o sentimento de amor ao próximo. E é esse sentimento que nos move a mover a lutar pelo Brasil, a arriscar tudo por ele.

[...] Vamos juntos, Paraná, povo e Governo! Vamos juntos continuar trabalhando, principalmente agora que o Brasil está livre e que se encaminha para novos destinos. **Ontem, quase a esta hora, quando escrevi isto para o Brasil, estava me arriscando a ser deposto. Felizmente vencemos, e, agora, juntos haveremos de fazer com que o Brasil democrata cristão seja exemplo para a humanidade inteira.** [...].

Estamos iniciando, se assim o quisermos, uma nova página de nossa história. Vamos escrevê-la com dignidade (DIÁRIO DO PARANÁ, 2 abr. 1964, p. 2; GAZETA DO POVO, 2 abr. 1964, p. 1; ESTADO DO PARANÁ, 2 abr. 1964, p. 2; 8 - grifos meus).

O discurso de Ney Braga é uma “confissão” da sua participação na conspiração, que vinha sendo articulada por vários governadores, juntamente com setores militares, já há algum tempo. Além disso, comprova que a decisão de deflagrar – ou antecipar – o golpe partiu do governador mineiro Magalhães Pinto, conjuntamente com alguns generais, que contaram com o apoio dos governadores dos principais Estados do país, como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti e o próprio Ney Braga, entre outros, que provavelmente estavam se preparando para enfrentar resistências ou mesmo a guerra civil – convém lembrar que em uma situação de beligerância os golpistas estavam contando com a intervenção norte-americana.

Em Brasília, Jango ficou poucas horas, partindo em seguida a Porto Alegre. No mesmo dia, o Congresso aprovou a declaração de vacância da Presidência da República. Na madrugada do dia 2 de abril, Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, era empossado como presidente da República, decisão, inclusive, legitimada pelo poder Judiciário. Mesmo com Jango em território nacional, poucas horas depois o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, reconheceu o novo governo brasileiro (TOLEDO, 1983, p. 106). No Rio de Janeiro, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, programada para o dia 2 de abril, foi rebatizada como a “Marcha da Vitória”, levando às ruas cerca de 1 milhão de pessoas, que comemoram a “salvação do Brasil do comunismo”.

Enquanto isso, em Porto Alegre, o Gen. Ladário Teles, comandante do III Exército, e Brizola tentavam convencer Jango da necessidade da resistência armada. Porém, Goulart optou em não resistir, evitando a eclosão da guerra civil. Informado pelo Gen. Floriano Machado que tropas de Curitiba marchavam sobre Porto Alegre, Jango, às 11h30min do dia 2 de abril, acompanhado do Gen. Assis Brasil, partiu para São Borja e, no dia 4 de abril, rumou para o exílio no Uruguai, enquanto Brizola ficou em Porto Alegre na

clandestinidade por cerca de um mês, tentando organizar a resistência (FERREIRA, 2003b, p. 399; TOLEDO, 1983, p. 106).

Portanto, o golpe civil-militar de 1964 encontrou poucas resistências, sagrando-se vitorioso com facilidade. As explicações para o êxito do golpe de 1964 são as mais variadas e já foram amplamente discutidas pela historiografia brasileira (FICO, 2004; FERREIRA, 2011).

No Paraná praticamente não houve resistências ao golpe. O jornalista e membro do PTB paranaense Sylvio Sebastiani relata que alguns trabalhistas lançaram um manifesto (dentre os signatários estavam os deputados estaduais Waldemar Daros, Walter Pecoits, Leon Naves Barcelos e Luiz Alberto Dalcanale – todos cassados, conforme veremos adiante) conclamando o povo a ficar ao lado de João Goulart. No momento em que estava distribuindo o manifesto na Praça Carlos Gomes, Sylvio Sebastiani acabou sendo preso e levado ao quartel.⁴⁷

De acordo com o depoimento do jornalista e ex-militante do PCB Milton Ivan Heller: “No dia do golpe, o clima era de bastante apreensão, porque as emissoras de rádio e jornais traziam relatos, faziam uma campanha sórdida. Aquilo criou um clima de histeria” (GAZETA DO POVO, 31 mar. 2009).

Segundo Carlos Frederico Marés, que na época militava no movimento estudantil: “Quando o golpe aconteceu, a primeira sensação era de que era mentira. Ficamos perplexos, porque como estudante secundarista acreditava que estávamos avançando com o governo de Jango, em direção a um processo de libertação” (GAZETA DO POVO, 31 mar. 2009).⁴⁸

⁴⁷ Entrevista realizada em 15 de outubro de 2013 em Curitiba.

⁴⁸ A matéria ainda lembra que em 1968, Marés, como presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPR, esteve envolvido em um dos episódios mais marcantes da luta contra a ditadura militar no Paraná: a ocupação da UFPR por estudantes que protestavam contra a cobrança de mensalidades. Esse episódio ficou marcado para a posteridade por uma foto de um jovem que, com um estilingue, enfrenta militares a cavalo. (Esta foto foi tirada por Edson Jansen, o que lhe garantiu o Prêmio Esso em 1968).

Após o golpe civil-militar, teve início as perseguições às principais lideranças nacionalistas e reformistas, oficiais e subalternos das Forças Armadas, líderes sindicais, comunistas, estudantes e demais lideranças progressistas, que eram enquadrados como “subversivos”. Assim, muitos foram presos, torturados e até mesmo assassinados. Porém, convém lembrar que as perseguições não se restringiram somente às questões políticas, uma vez que muitas foram motivadas por revanchismos e desavenças pessoais (conforme veremos em alguns exemplos, a seguir).

No Paraná, houve literalmente uma caçada aos comunistas (DIÁRIO DO PARANÁ, 5 abr. 1964, p. 1), a intervenção em diversos sindicatos, a tomada da sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Paraná (O ESTADO DO PARANÁ, 8 abr. 1964, p. 7; DIÁRIO DO PARANÁ, 9 abr. 1964, p. 1; 3) e a instalação de um inquérito para apurar se servidores públicos teriam cometido atos “contra o regime democrático e a probidade administrativa” (O ESTADO DO PARANÁ, 11 abr. 1964, p. 4).

No dia 9 de abril de 1964, o governo militar decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos parlamentares e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o objetivo de “limpar” o Congresso, cassando os mandatos de parlamentares acusados de subversão ou de corrupção.

O AI-1 inicialmente cassou os mandatos de 40 parlamentares e suspendeu por dez anos os direitos políticos de outros 66 cidadãos. Dentre os cassados estavam João Goulart, Leonel Brizola, Francisco Julião (PSB-PE), Miguel Arraes, Jânio Quadros, Almino Affonso (PTB-AM), Bocaiúva Cunha (PTB-RJ), Paulo de Tarso (PDC-SP), Luís Carlos Prestes, Darcy Ribeiro além

de outros nacionalistas e reformistas da “ala moça” do PSD, da “bossa nova” da UDN, do PDC entre outros partidos. Na lista também constavam o ex-governador Moysés Lupion (PSD, acusado de corrupção), que era suplente de deputado federal, e o senador Amaury de Oliveira e Silva, vice-presidente do PTB paranaense e ex-ministro do Trabalho de Jango (GAZETA DO POVO, 11 abr. 1964, p. 1).

Após a cassação, Amaury, temendo ser preso, abrigou-se na embaixada da Iugoslávia, em Brasília. Conforme o seu depoimento:

Com o meu mandato cassado, só me restou a alternativa de ir para uma embaixada, e a única que estava recebendo refugiados políticos era a da Iugoslávia, que, aliás, teve um gesto belíssimo porque ainda não estava aberta e o embaixador determinou a abertura exclusivamente para atender os refugiados. Quando cheguei já encontrei uns quarenta e, como não expediram o meu salvo-conduto, fiz um esquema próprio para sair do país. Tingi os cabelos, raspei o bigode, coloquei um chapéu velho e fui para o Uruguai (*apud* HELLER, 1988, p. 89).

Exilado no Uruguai, Amaury montou uma churrascaria com a ajuda de Jango. Com Almino Affonso – seu antecessor na pasta do Trabalho – estudou espanhol, o que lhe permitiu trabalhar algum tempo em uma revista como tradutor (HELLER, 1988, p. 89).⁴⁹

No dia 14 de abril ocorreu mais uma série de cassações de mandatos e direitos políticos. Dentre os paranaenses cassados estavam o deputado

⁴⁹ Em 1972, Amaury retornou ao Brasil. Segundo o seu depoimento a Milton Ivan Heller (1988, p. 90): “Fiquei no Uruguai até setembro de 1972 e, em março de 1973, quando tentava reiniciar minhas atividades profissionais como advogado de uma firma paulista em Londrina, fui preso por um capitão que servia em Apucarana. Ele invadiu a casa do meu irmão, Adhemar, e eu fui parar em Porto Alegre, onde fiquei incomunicável durante 23 dias, no 12º Rec-Mec. Um cubículo de dois por três metros, um catre e mais nada, e eu sem saber se havia ou não alguma acusação contra mim. A porta gradeada fechada a cadeado. Quando iam levar comida era um aparato de homens armados de metralhadora [...]. Uma loucura. Pedi livros e revistas e não me atenderam. Para passar o tempo eu arrumava e desarrumava a cama, andava dentro da cela, fazia flexões até cansar e dormia o máximo que podia. Depois de uns seis dias começaram os interrogatórios, completamente vazios. Queriam saber os meus contatos no exílio e uma porção de baboseiras. Depois de 23 dias me mandaram embora, de volta para Curitiba, e eu fiquei sem saber o porquê daquela prisão”. Amaury morreu em novembro de 2002.

federal João Simões (PSD)⁵⁰ e alguns petebistas paranaenses, como tenente-coronel Humberto Molinaro, os deputados estaduais Waldemar Daros e Walter Pecoits (ambos integravam a ala reformista do partido e eram opositores ferrenhos de Ney Braga), além do prefeito de Paranaguá Brasília Abud e do prefeito de Santo Antônio da Platina Benedito Lúcio Machado (GAZETA DO POVO, 15 abr. 1964, p. 1; DIÁRIO DO PARANÁ, 15 abr. 1964, p. 1; 3).

Waldemar Daros creditou a perda de seu mandato, em parte, ao governador Ney Braga, que o considerava um inimigo político. Após a sua cassação, Daros, que nunca foi interrogado e nem processado, ficou deprimido e, inconformado, recorreu ao primo, Mário Gloger, um almirante médico da Marinha, para saber se havia um dossiê e quais eram as acusações contra ele. No referido dossiê havia uma coleção dos seus discursos na Assembleia Legislativa, a sua cruzada contra a força e luz, as críticas ao governador Ney Braga e, em meio dos papéis sigilosos, uma “recomendação” de Ney Braga indicando a sua cassação. Daros faleceu em setembro de 1968, vítima de um derrame cerebral (HELLER; DUARTE, 2000, p. 133-136).

Por sua vez, Walter Pecoits foi um dos que mais sofreram com o arbítrio do regime militar. Após a sua cassação, o ex-deputado petebista havia viajado ao Uruguai, onde passou férias. Voltando ao Brasil, no dia 9 de agosto de 1964, em Cascavel, enquanto esperava um avião que o levaria de volta a Francisco Beltrão, resolveu almoçar na casa de um amigo, onde foi preso ilegalmente sob a acusação de “insuflar uma rebelião de posseiros em Três Barras, no sudoeste paranaense”. Conduzido a uma cela, Pecoits foi brutalmente espancado, inclusive ficando cego do olho esquerdo em virtude de uma coronhada.

⁵⁰ João Simões foi cassado sob a acusação de corrupção e peculato.

Contudo, a notícia da prisão, sem mandato judicial, e das agressões sofridas por Pecoits repercutiram amplamente em todo o Paraná. Requerida pelo deputado Joaquim Néia de Oliveira, a Assembleia aprovou uma CPI para apurar as responsabilidades. Porém, ninguém foi punido e Pecoits foi posto em liberdade somente no dia 24 de dezembro de 1964, beneficiado por um *habeas corpus*. Após a sua libertação, Pecoits reassumiu a direção do seu hospital em Francisco Beltrão, porém era obrigado a apresentar-se periodicamente em Curitiba, onde respondia ao processo (HELLER; DUARTE, 2000, p. 96-100).

Em 7 de junho de 1964, houve mais uma série de cassações, dentre elas as do ex-presidente Juscelino Kubitschek (acusado de ter enriquecido durante a sua vida pública) e dos deputados estaduais petebistas Leon Naves Barcelos e Luiz Alberto Dalcanale, além do deputado estadual nacionalista Almir Moreira Passos (UDN) (GAZETA DO POVO, 9 jun. 1964, p. 1).

Leon Naves Barcelos, que era sobrinho de Abilon de Souza Naves, a exemplo de Waldemar Daros e Walter Pecoits, foi cassado por fazer forte oposição a Ney Braga e defender as reformas de base.

Por sua vez, Luiz Alberto Dalcanale entende que foi cassado pelas desavenças pessoais que tinha com Ney Braga e com o líder udenista Haroldo Leon Peres. Posteriormente, Dalcanale enfrentou uma série de IPMs (Inquéritos Policiais Militares), pois foi acusado de contrabandear pneus e armas da Argentina e de ser ligado a “elementos terroristas” (HELLER; DUARTE, 2000, p. 110-111).

De acordo com Milton Ivan Heller e Maria Duarte (2000, p. 111-112), Dalcanale reconhece que foi várias vezes ao Uruguai conversar com João Goulart, Brizola, Darcy Ribeiro, Amaury Silva e outros exilados. Em uma dessas viagens, em 1964, quando retornava de Montevideú, em

companhia de Elcy Silva, irmão de Amaury Silva, foi detido por uma patrulha do Exército e conduzido ao quartel em Curitiba, sendo logo transferido para Porto Alegre sob a acusação de articular um “esquema de contra-revolução”. Posteriormente, foi libertado sem que nenhuma das acusações contra ele chegasse a julgamento.

Considerações finais

A primeira fase de cassações no Paraná alvejou, sobretudo, os deputados que imprimiam forte oposição ao governador Ney Braga – caracterizando-se, assim, pelo revanchismo político e pessoal. Posteriormente, durante os anos da ditadura militar, inúmeros outros parlamentares e cidadãos paranaenses tiveram os seus mandatos e direitos políticos cassados.

Portanto, o golpe civil-militar fortaleceu amplamente Ney Braga⁵¹ e enfraqueceu muito o seu principal oponente, o PTB, que teve um senador, quatro deputados estaduais e vários prefeitos e vereadores do interior cassados.⁵² Dessa forma, Ney Braga consolidou a sua força política no Paraná e, gozando de grande prestígio em nível nacional, desempenhou um papel de destaque nos governos militares.⁵³

⁵¹ A popularidade e a força política de Ney Braga no Paraná explicam-se por três fatores: primeiro, o seu projeto de modernização e industrialização do estado, até então meramente agrícola; segundo, a sua participação na “revolução” de 1964; terceiro, pela construção da sua imagem pública como líder competente, bom pai de família, honesto, trabalhador e, sobretudo, católico fervoroso.

⁵² No início de junho de 1964, o PTB do Paraná já havia perdido 25% dos membros da Executiva Estadual, fato semelhante ao ocorrido na Executiva Nacional, onde o partido havia perdido cerca de um quarto dos membros que acabaram de ser eleitos poucos dias antes do golpe. Conforme Maria Celina D’Araújo, “essas perdas atingiram o partido não só pela quantidade como pelo fato das lideranças mais expressivas terem sido obrigadas a deixar o país, iniciando o que seria um longo exílio” (1996, p. 165).

⁵³ Ney Braga foi convidado pelo Mal. Castelo Branco a assumir o Ministério da Agricultura, no final de 1965. Além disso, Ney também foi senador (1966-1974), Ministro da Educação do governo Geisel (1974-1978) e novamente governador do Paraná (1978-1982) – desta vez eleito de forma indireta.

Referências

- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. 18ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.
- COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do sudoeste. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991, p. 7-23.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DIÁRIO DA TARDE. *Forte ala do PTB contra movimento de acordo com o governo*. Curitiba, 4 nov. 1961.
- DIÁRIO DA TARDE. *Seja homem, governador Ney Braga!*. Curitiba, 30 ago. 1961.
- DIÁRIO DA TARDE; *Deputados do PTB criticam posição dúbia de Ney Braga*. Curitiba, 29 ago. 1961.
- DIÁRIO DO PARANÁ. *Disposto o PTB a expulsar quem se mantiver ao lado do governo*. Curitiba, 12 mar. 1963.
- DIÁRIO DO PARANÁ. *Frente Agrária*. Curitiba, 12 ago. 1961.
- DIÁRIO DO PARANÁ. *Improvável a concordância de PDC e UDN à entrega de 80 municípios ao PTB*. Curitiba, 20 fev. 1963.
- DIÁRIO DO PARANÁ. *João Vargas denuncia: proclamada a República sindicalista no Brasil*. Curitiba, 20 mar. 1964.
- DIÁRIO DO PARANÁ. *Ney Braga: paranaenses devem dizer não*. Curitiba, 9 dez. 1962.
- DIÁRIO DO PARANÁ. *Ney em manifesto: Paraná está com a Marinha pela disciplina e legalidade*. Curitiba, 31 mar. 1964.
- DIÁRIO DO PARANÁ. *Ney salienta atuação de Dario Coelbo: honra a tradição do Exército Nacional*. Curitiba, 2 abr. 1964.
- DIÁRIO DO PARANÁ. *Nomeação de Maculan tem caráter político, confirma Ney Braga*. Curitiba, 18 jul. 1963.

DIÁRIO DO PARANÁ. *Paraná: plebiscito revela cidades parlamentaristas*. Curitiba, 8 jan. 1963.

DIÁRIO DO PARANÁ. *Plebiscito de janeiro-6: somente UDN e PL bater-se-ão pelo sim no Paraná*. Curitiba, 23 out. 1962.

DIÁRIO DO PARANÁ. *Polí-notas*. Curitiba, 10 mar. 1963.

DIÁRIO DO PARANÁ. *Polí-notas: Liga camponesa*. Curitiba, 4 jul. 1961.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 195-208, 2004.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

FERREIRA, Jorge. Crise da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, p. 301-342.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, p. 343-404.

FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *O grande irmão*: da operação brother Sam aos anos de chumbo. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZETA DO POVO. *Decidiu o PTB: rompimento*. Curitiba, 10 mar. 1963.

GAZETA DO POVO. *Desorganização é o quadro da atualidade, afirma Ney Braga*. Curitiba, 20 mar. 1964.

GAZETA DO POVO. *Entendimentos entre o PTB e o governo do Estado alcançam ritmo de sucesso*. Curitiba, 5 nov. 1961.

GAZETA DO POVO. *Legislativo em sessão permanente enquanto durar a crise no país*. Curitiba, 1 abr. 1964.

GAZETA DO POVO. *Ney toma posição em defesa do regime e contra indisciplina*. Curitiba, 31 mar. 1964.

GAZETA DO POVO. *O que poderá acontecer*. Curitiba, 23 fev. 1963.

GAZETA DO POVO. *Preocupação nacional unem partidos e Ney Braga*. Curitiba, 21 mar. 1964.

GAZETA DO POVO. *Reunião do PTB*. Curitiba, 17 fev. 1963.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles G. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IPARDES. *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IPARDES, 1989.

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004, p. 231-411.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

NEVES, Léo de Almeida. *Vivência de fatos históricos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

REHBEIN, Mauro Pioli. *Curitiba – 50 anos de eleições municipais – as forças políticas que na democracia e no governo militar disputam o poder*. Curitiba, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPR, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TRIBUNA DO PARANÁ, 29 ago. 1961.